

## Les numÃ©ros / Anthropologie et psychanalyse : dÃ©bats et pratiques

# Â«Â A guerra do trÃ¡fico como sistema de vida para adolescentes autores de ato infracional Â»

**Aline SOUZA MARTINS AndrÃ©a MÃ¡ris Campos GUERRA Luiz Gustavo GonÃ§alves CANUTO**

### RÃ©sumÃ©

Lors d'une recherche-intervention d'orientation psychanalytique avec des jeunes du trafic de drogue, nous avons enquÃªtÃ© sur la subjectivitÃ© des jeunes impliquÃ©s dans une criminalitÃ© violente Ã partir de l'analyse de l'incidence de la figure du pÃ¨re. Nous avons rencontrÃ© une logique de systÃ¨me de vie qu'ils Ã©tablissent Ã partir d'une « guerre » du trafic, ayant la mort pour limite. Nous avons actualisÃ© la notion de rÃ©ciprocitÃ© de LÃ©vi-Strauss, en supposant que la vengeance prend la mort comme Ã©lÃ©ment de l'Ã©change dans une rÃ©ciprocitÃ© Ã l'envers, avec des Ã©changes d'insultes et d'hostilitÃ©. Ã©galement marquÃ© par la logique capitaliste, le « fait social total » des sociÃ©tÃ©s archaÃ®ques est modifiÃ© par l'illusion de totalitÃ© imaginaire, que provoque l'autosuffisance des pairs dans l'usage des objets de la contemporanÃ©itÃ©. Nous en avons conclu que la loi du trafic est manifestement articulÃ©e au registre de l'imaginaire, produisant des effets symboliques qui touchent le rÃ©el. Quand celle-ci ou le sujet vacille, un moment propice se crÃ©e pour la production de nouvelles sorties subjectives, diffÃ©rentes de celles du crime.

### Abstract

Datas from an interventive research with young people involved with drug traffic, pointed out a system of life that they set from a "war" of trafficking, with death as its very limit. We renewed LÃ©vi-Strauss's notion of reciprocity, in assuming that revenge takes death as a trade element in a reverse reciprocity, with exchanges of insults and increase of hostility. Also marked by a capitalist logic, the "total social fact" of archaic societies is modified by the illusion of imaginary totality that the self-sufficiency of the peers provokes when they use these objects of the contemporaneity. We conclude that the law of trafficking is clearly articulated to the imaginary, producing symbolic effects that touch the real. When the law or the teenagers vacillate, right conditions are set off for the production of new subjective exits, different from crime ones.

### Resumo

Em uma pesquisa-intervenÃ§Ã£o de orientaÃ§Ã£o psicanalÃ©tica com jovens do trÃ¡fico, buscamos investigar a subjetividade dos jovens envolvidos com a criminalidade violenta por meio da anÃ¡lise da incidÃªncia da figura paterna. Verificamos a lÃ³gica do sistema de vida que eles estabelecem a partir da "guerra" do trÃ¡fico, tendo a morte como limite. Atualizamos a noÃ§Ã£o de reciprocidade de LÃ©vi-Strauss, supondo que a vingança toma a morte como elemento de troca numa reciprocidade Ãs avessas, com troca de insultos e hostilidade. TambÃ©m, marcado pela lÃ³gica capitalista, o "fato social total" das sociedades arcaicas Ã modificado pela ilusÃ£o de totalidade imaginÃ¡ria que a auto-suficiÃªncia dos pares no uso dos objetos na contemporaneidade provoca. ConcluÃ­mos que a lei do trÃ¡fico Ã manifestamente articulada ao registro do imaginÃ¡rio, produzindo efeitos simbÃ³licos que tocam o real. Quando ela ou o sujeito vacilam, cria-se o momento propÃ­cio para a produÃ§Ã£o de novas saÃ­das subjetivas, diferentes do crime.

« A gente sai da guerra, mas a guerra nÃ£o sai da gente »

(Jovem entrevistado em pesquisa)

Muitos foram apresentados aos Severinos por JoÃ£o Cabral de Melo Neto:

*Somos muitos Severinos/iguais em tudo na vida:/na mesma cabeÃ§a grande/que a custo Ã© que se equilibra,/no mesmo ventre crescido/sobre as mesmas pernas finas,/que iguais tambÃ©m porque o sangue/que usamos tem pouca tinta./E se somos Severinos/iguais em tudo na vida,/morremos de morte igual,/mesma morte severina:/que Ã© a morte de que se morre/de velhice antes dos trinta./de emboscada antes dos vinte/de fome um pouco por dia/(de fraqueza e de doenÃ§a/Ã© que a morte Severina/ataca em qualquer idade,/e atÃ© gente nÃ£o nascida) (Melo Neto, 1920, p. 50).*

Esses tantos Severinos <sup>(1)</sup> iguais em tudo e irmÃ£os na morte, migraram para a cidade grande, nÃ£o necessariamente de cabeÃ§a grande e pernas finas, mas na sua maioria conservando a heranÃ§a da morte precoce. Eles aqui tambÃ©m falam, e sabemos que a escuta de sujeitos com essa heranÃ§a simbÃ³lica implica em um posicionamento Ã©tico e polÃ­tico. Deixar os herdeiros da segregaÃ§Ã£o falarem livremente e dar importÃ¢ncia ao que trazem como resposta criativa (no sentido de criaÃ§Ã£o diante da falta de recursos) implica em destacar em seu ato a dimensÃ£o de desobediÃªncia civil que ele porta. Esta escuta implica, segundo Rosa (2002) em

*Romper com o pacto de silÃªncio do grupo social a que pertencemos e do qual usufruÃ­mos; usufruto que supÃ´e a inocÃªncia, a ignorÃ¢ncia sobre as determinaÃ§Ãµes da misÃ©ria do outro e a reflexÃ£o sobre a igualdade entre os homens, quando, de fato, o que fazemos Ã© excluÃ­-los. ExcluÃ­-los e usufruir do gozo da posiÃ§Ã£o imaginÃ¡ria de estar do lado do bem, da lei (Rosa, 2002, p. 8).*

A literatura serve aqui como um documento histÃ³rico e nos remete Ã  situaÃ§Ã£o dos nordestinos que, no poema, vivem e morrem em massa, e para os quais nem o nome prÃ³prio Ã© garantia de singularidade. Mas porque falar de morte em um artigo que trata da anÃ¡lise de um sistema de vida?

Por meio de uma pesquisa realizada em um aglomerado da cidade de Belo Horizonte <sup>(2)</sup> (Brasil), foi possÃ­vel escutar cerca de 40 jovens envolvidos com a criminalidade que tambÃ©m morrem de mortes severinas, identificadas pelos trÃªs « Cs », cujos destinos selam: cadeia, caixÃ£o ou cadeira de rodas. Nesse artigo, pretendemos analisar o sistema de vida que a guerra do trÃ¡fico engendra, bem como o lugar da morte na vida desses jovens, mantida numa posiÃ§Ã£o de proximidade e distanciamento que permite sua participaÃ§Ã£o nessa « guerra » mas que exige um cÃ¡lculo, tÃ£o preciso quanto improvÃ¡vel, para que eles nÃ£o caiam em um desses « Cs » que a predicam quanto ao anÃºncio de um destino funesto.

Ao problematizarmos essa questÃ£o buscaremos extrair a lÃ³gica subjetivo-polÃ­tica que inclui a funÃ§Ã£o da morte na estrutura de funcionamento da guerra <sup>(3)</sup>. Chegamos Ã  guerra e ao sistema de vida que a engendra a cada vez que perguntÃ¡vamos, em campo e aos jovens, sobre o pai, posto que a pesquisa que dÃ¡ origem a essa anÃ¡lise visava discutir a subjetividade dos jovens envolvidos com a criminalidade violenta, a partir da anÃ¡lise da incidÃªncia da figura paterna em suas mÃºltiplas funÃ§Ãµes e registros, sem desconsiderar o macrocosmos sÃ³cio-econÃ´mico e polÃ­tico no qual o jovem se insere. Com isso, esperamos oferecer material teÃ³rico que possa contribuir com as intervenÃ§Ãµes no campo das polÃ­ticas pÃºblicas que visam alterar esse quadro.

## MÃ©todo

Valemo-nos, a tÃ­tulo de procedimento metodolÃ³gico nessa pesquisa, do aporte psicanalÃ­tico orientado pela perspectiva freudo-lacanianana, inaugurada quando Freud (1923) associou a clÃ­nica Ã  pesquisa, tornando-as inseparÃ¡veis entre si e em relaÃ§Ã£o Ã  teoria.

*A PsicanÃ¡lise Ã© o nome: 1. de um procedimento de investigaÃ§Ã£o dos processos psÃ­quicos, que, de outra forma, mal seriam acessÃ­veis; 2. de um mÃ©todo de tratamento das perturbaÃ§Ãµes neurÃ³ticas que se baseia nessa investigaÃ§Ã£o; 3. de uma sÃ©rie de concepÃ§Ãµes psicolÃ³gicas obtidas por esse meio e que se fundem progressivamente em uma disciplina cientÃ­fica nova (Freud, 1923, p. 287).*

A clÃ­nica, nesse territÃ³rio, se faz soberana. Assim, a associaÃ§Ã£o livre, a escuta flutuante, a transferÃªncia e a interpretaÃ§Ã£o, a construÃ§Ã£o em anÃ¡lise e a extensÃ£o do trabalho clÃ­nico e investigativo [...] sÃ£o as

estratégias desse método que tornam possível sua teoria (Guerra, 2009). Essa indissociabilidade, entretanto, exige adaptações quando não estamos diante de apenas um sujeito, com a escuta atenta de sua produção inconsciente.

Tal era o caso dessa pesquisa. Abordamos jovens envolvidos com o tráfico, em geral *na atividade* (venda ilícita de drogas) nas ruelas e becos de um aglomerado, funcionando em grupo. Nesse sentido, precisávamos, ao mesmo tempo, mantermo-nos fiéis aos princípios freudianos de associação livre e escuta flutuante, ao associar clínica, teoria e pesquisa, e recorrer a outras táticas de aproximação social desses sujeitos e daquilo que seus discursos poderiam nos revelar.

Adotamos, então, para a coleta de dados, a estratégia da conversação psican tica, desenvolvida inicialmente como intervenção em coletivos no Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança (CIEN) por Miller (2005). Ela pode ser considerada como

*uma situação de associação livre, se ela   exitosa. A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiamos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos   a ficção da conversação : produzir ? não uma enunciação coletiva ? senão uma associação livre coletiva, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me d o idéias, me ajudam e, finalmente, resulta ?  s vezes ? algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas (Miller, 2005, pp. 15-16).*

Em nosso caso, utilizamo-las enquanto tática de coleta de dados dentro de uma pesquisa-intervenção qualitativa de orientação psican tica, tal qual propõe Santiago (2007). Apoiados no modelo clínico, com a conversação interrogamos cada sujeito, no coletivo, a rever seu modo de obter satisfação e de se localizar simbolicamente no mundo. Não partimos de um roteiro prévio para as conversas, mas tomamos « o pai » como palavra-chave ? já que nossa problematização partia de uma análise da incidência da função paterna junto a esses jovens. Dessa forma, buscávamos o desconhecido, o que não estava estabelecido *a priori*, o que se podia anunciar como surpresa num discurso. Onde tornar-se importante estarmos atentos  s surpresas e ao mal-estar que se produzia a cada conversão, uma vez que ali   que se dava a possibilidade da emergência de novas significações e posições em relação ao discurso repetitivo que os jovens traziam. A , pois, residia a possibilidade de que a pesquisa pudesse ganhar um valor de intervenção.

Recolhemos os dados em três regiões de um aglomerado de Belo Horizonte, sorteado dentre aqueles que possuíam núcleos do Programa Fica Vivo ! de Controle de Homicídios da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais ? parceira institucional da investigação. As regiões caracterizavam-se por serem de fácil acesso e com jovens disponíveis para conversar. O número de encontros, três, foi combinado previamente. Assim, a conversão tinha um fim anunciado ? momento de fechamento em que se buscava apreender algum saber como efeito do processo. Nesse sentido, a pesquisa-intervenção visava agir sobre o coletivo de jovens, com vistas a interrogar a posição subjetiva de cada um deles, e têm também esperava produzir explicações teóricas sobre os fen menos encontrados, de maneira a contribuir com as políticas socioeducativas. A devolução para os jovens na forma de uma oficina de quadrinhos e para o Estado na forma de capacitações foram recursos de verificação adotados para recolhimento dos efeitos e saberes produzidos nessa pesquisa.

O material transcrito foi submetido   análise orientada pela premissa lacaniana de que « a análise consiste em jogar com os múltiplos alcances da divisão que a fala constitui nos registros da linguagem » (Lacan, 1953, p. 292). O discurso, instalado entre a fala e a língua, torna-se a sustentação da estrutura do laço social, sendo entendido como o que singulariza e historiciza a inscrição de cada sujeito na linguagem do uso da palavra. Além da dimensão subjetiva, o discurso torna-se elemento precioso em nossa análise por incluir elementos sócio-políticos necessários   compreensão de nosso tema.

*O discurso inclui aspectos não-linguísticos. A relação entre a linguagem de um lado, e de outro a sociedade, a cultura ou comportamento nunca foi negada; mas, nenhum acordo havia sido estabelecido sobre a natureza deste relacionamento [at  então] [...] Vamos reafirmar a distinção entre uma base (linguística) e um processo desenvolvendo-se sobre esta base. O discurso será concebido como um processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade linguística (Garcia, 2011).*

## Aporte teórico

Encontramos, através dessas conversac es, a existência de uma espécie de lei tirânica e inquestionável do tráfico. Nela impõe-se aos jovens ali envolvidos a vinganc a do assassinato de um companheiro com a morte de um integrante do grupo rival e autor, formando assim um ciclo de gozo e violência, no qual os sujeitos não se implicam responsabilmente, parecendo atuar em nome de uma ordem superegóica, cuja determina o política radica em um permanente estado de exce o, que deixa esses jovens   margem da prote o jurídica, como veremos ao final.

## Lei da Guerra

Essa lei tirânica   entendida por nós a partir da troca pelo princípio de reciprocidade de Lévi-Strauss (1949). Explicando melhor essa lei da reciprocidade, nela a troca se apresenta menos em forma de transac es que de dons recíprocos, que ocupam um lugar mais importante nas sociedades primitivas que na nossa. Essa forma primitiva de troca coloca-nos em face de « um fato social total » dotado de « significa o simultaneamente social e religiosa, mágica e econ mica, utilitária e sentimental, jurídica e moral » (Lévi-Strauss, 1949, p. 92).

O conceito de fato social total, de Marcel Mauss,   caracterizado por Lévi-Strauss (1950) como um sistema de interpreta o capaz de considerar simultaneamente três dimensões : a sociológica, com seus aspectos sincrônicos ; a histórica, que ressalta o caráter individual das experiências ; e a dimensão f sio-psicológica, que propõe uma complementaridade entre os aspectos físicos e psíquicos. Portanto, o fato social total   dotado em primeiro lugar de modalidades do social, como aquelas referidas ao jurídico, econ mico, est tico e religioso ; em segundo lugar, pelos momentos de uma história individual, que compreende o nascimento, a infância, a educa o, a adolescência e o casamento ; e, finalmente, por diferentes formas de expressão fisiológicas e psicológicas, como reflexos, secrec es e até categorias do inconsciente e do consciente.

Como esse fato   apreendido ? Sabe-se que, em muitas cidades primitivas, principalmente a das ilhas do Pacífico, as cerim nias importantes são acompanhadas de distribui o de riquezas.

*Estes presentes ou são trocados imediatamente pelos bens equivalentes ou recebidos pelos beneficiários, que tem por obriga o proceder, em uma ocasião ulterior, a contrapresentes, cujo valor excede muitas vezes o dos primeiros, mas que por sua vez d o direito a receber mais tarde novos dons que superam a suntuosidade dos precedentes. (Lévi-Strauss, 1949, p. 93).*

Os objetos que servem para dons recíprocos não podem ser objetos apenas com valor de uso, para troca ou para consumo, eles possuam valor psicológico, est tico, sensual (bombons, flores e luxos). Atualmente resquícios da rela o de reciprocidade que esses dons provocam aparecem sob a forma de convites, festas, trocas de presentes no Natal, jogos e jantares (dar uma recep o). Lévi-Strauss relata um ótimo exemplo de como isso ocorre em restaurantes do subúrbio da França. As pessoas compram o prato de comida junto com o vinho que vem em uma pequena jarra. Mesmo que o vinho seja exatamente igual, um indivíduo « a » serve do seu vinho no copo do indivíduo « b »:

*o parceiro que tinha o direito de se conservar reservado,   provocado a sair deste estado, o vinho oferecido atrai o vinho retribuido, a cordialidade exige a cordialidade. A rela o de indiferença, desde o momento em que um dos convivas decide escapar a ela, não pode mais reconstitu r-se tal como era. Daí em diante só pode ser de cordialidade ou hostilidade, pois não se tem a possibilidade, sem insolência, de recusar seu copo ao oferecimento do vizinho. E a aceita o da oferta autoriza uma outra oferta, a da conversa. Assim, vai-se estabelecendo uma cascata de pequenos vínculos sociais, por uma série de oscila es alternadas, por meio dos quais adquire-se um direito ao oferecer, ficando obrigada a receber, e, nos dois sentidos, sempre além daquilo que foi dado ou aceito (Lévi-Strauss, 1949, p. 99).*

Não chegamos   regra da reciprocidade de Lévi-Strauss casualmente. Percebemos uma rela o entre a reciprocidade provocada pelas trocas de dons recíprocos e a reciprocidade provocada pela troca de assassinatos instalada e predicada pela guerrinha no aglomerado em que realizamos nossa investiga o. Enquanto a primeira serviria   propaga o da vida, a segunda, ao contrário, serviria ao extermínio, ou   Guerra. A morte de um guerreiro ? « eles já levaram quatro guerreiros esse ano » nos relata Carlos ? leva necessariamente a uma resposta, na forma de reciprocidade, provocando o assassinato em igual ou maior medida de guerreiros do grupo rival. Essa aproxima o entre as duas experiências, no entanto, apresenta uma dificuldade radicada em dois aspectos principais :

1. A morte, em nosso caso, engendra uma regra da reciprocidade sem cordialidade, na medida em que se trata de responder a um insulto com novo insulto ainda maior. A insolÃªncia Ã© a base da resposta e nÃ£o seu elemento negativado. NÃ£o se gera cordialidade, apenas aumenta-se a hostilidade.

2. Na medida em que operamos em um novo circuito, marcado pelo sistema capitalista em sua versÃ£o consumista, outra lÃ³gica arregimenta os corpos e o uso dos objetos. Nesse sentido, apenas poderÃamos aproximar o « fato social total » das sociedades arcaicas da experiÃªncia, em nÃvel imaginÃrio, de completude que os objetos de consumo propiciam em nossa sociedade. A ilusÃ£o de totalidade Ã© a mesma, porÃ©m nÃ£o a lÃ³gica que a alimenta, na medida em que o circuito consumista Ã© auto-erÃ³tico e prescinde da entrada do outro e do circuito da reciprocidade, fundando-se na auto-suficiÃªncia dos pares no uso dos objetos.

Diante dessas questÃµes, como pensar o circuito de reciprocidade das mortes entre esses jovens ? Avancemos um pouco mais com LÃ©vi-Strauss. Ele nos explica essa relaÃ§Ã£o como um jogo de xadrez. O jogador nÃ£o dÃ¡ as peÃ§as para o outro com uma jogada, mas provoca uma resposta « consciente ou inconsciente, para adquirir garantias e prevenir-se contra o risco no duplo terreno das alianÃ§as e das rivalidades » (p.94). Instaura-se, assim, algum grau de cordialidade, alguma regulaÃ§Ã£o na relaÃ§Ã£o entre os grupos. Essa manobra impele ao trabalho e estimula a cooperaÃ§Ã£o mesmo nas trocas de lucro zero. Ã o que ele tambÃ©m verifica entre as tribos indÃ­genas.

*Quando alguÃ©m quer comeÃ§ar um patukhuk <sup>(4)</sup>, leva um objeto qualquer ao kaspin (casa dos homens) e o dÃ¡ aquele com o qual deseja travar relaÃ§Ãµes de troca, dizendo : " um patukhuk". O outro fica obrigado a aceitar o presente e a oferecer de volta um objeto do mesmo valor. O primeiro traz entÃ£o outra coisa, e estas operaÃ§Ãµes continuam Ãs vezes atÃ© que os dois homens tenham trocado todos os seus bens, porque aquele que recebeu em primeiro lugar Ã© obrigado a responder, atÃ© que o iniciador queira parar (LÃ©vi-Strauss, 1949, p. 94).*

Vejamos como isso acontece no aglomerado e de qual forma Ã© subvertido. Ã um outro jovem, Blue, quem nos explica:

An : *Como que entra ?*

Bl : *FÃ¡cil demais, moÃ§a, nossa senhora ! SÃ³ pegÃ¡ um revÃ³lver, por na cinta e dar um giro aÃ­. Rapidinho cÃª tÃ¡ de guerra.*

An : *Ã mesmo ? !*

Bl : *Mas eu nÃ£o queria fazer nada nÃ£o. SÃ³ se ele alterasse comigo, eu ia dÃ¡ nele. Mas ele nÃ£o alterÃ³. [Refere-se a um jovem que ameaÃ§ou seu irmÃ£o] Bem que queria, mas ele nÃ£o alterou, uÃ© !*

An: *Querida?*

Bl: *... Vai mexer com famÃ­lia minha. Comigo, eu posso atÃ© escutÃ¡ e calÃ¡. Mas cÃª Ã© doido ? Mexer com parente meu ! Se meu irmÃ£o fosse safado, pilantrasse aÃ­, zÃ©, nÃ£o posso fazer nada. AÃ­ atÃ© eu cobrava. Mas o cara nÃ£o faz nada com ninguÃ©m.*

*(ConversaÃ§Ã£o com jovens, 2011).*

Ã necessÃ¡rio um mÃ­nimo de reciprocidade para que esse outro *patukhuk* mortÃ­fero seja instalado e regule nova lÃ³gica de troca. Uma proposta foi feita ao irmÃ£o do Blue, porÃ©m ele nÃ£o a aceita. Blue toma a proposta para si e aguarda que o outro aceite a provocaÃ§Ã£o. Entretanto, o sujeito que ofereceu a troca ao irmÃ£o tambÃ©m a recusa. A troca entÃ£o nÃ£o se instala. O bem, nesse caso, seria a morte ou o ataque. Trata-se de um dispositivo. Enquanto a troca de dons, seja a troca de mulheres ou de presentes, evita a guerra ; a troca de mortes, a instala, permitindo a entrada no dispositivo regulatÃ³rio maior da guerra. Assim, a troca de mulheres estÃ¡ para a vida, assim como a dos assassinatos dos jovens estÃ¡ para o extermÃ­nio. A primeira evita a guerra e a morte, a segunda, sustenta sua lÃ³gica recÃ­proca.

ImpossÃ­vel aqui evitar a referÃªncia ao filme « Abril despedaÃ§ado », de Walter Salles (2001) no qual duas famÃ­lias do interior do nordeste brasileiro vÃªem suas geraÃ§Ãµes se aniquilarem nos recÃ­procos assassinatos que vÃ£o atingindo todas as duas proles em equivalente e crescente proporÃ§Ã£o ? atÃ© que um dos descendentes dessa heranÃ§a decide interromper o ciclo de reciprocidades e vai embora, abandonando tanto o ciclo quanto a famÃ­lia.

LÃ©vi-Strauss (1949) nos apresenta ainda o caso dos bandos nÃ´mades de Ã­ndios Nhambikwara do Brasil, entre os quais o lugar que a morte ocupa guarda uma proximidade muito grande com a estrutura que estamos tentando elucidar entre os jovens envolvidos com a guerra do trÃ¡fico nos aglomerados urbanos. Apesar de longa, a citaÃ§Ã£o traz seu detalhamento.

*Tem habitualmente medo uns dos outros, e evitam-se. Mas ao mesmo tempo desejam o contato, porque estes lhes fornecem o Ãºnico meio de proceder a trocas e de conseguir assim produtos ou artigos que lhes faltam. Existe um vÃ­nculo, uma continuidade entre as relaÃ§Ãµes hostis e a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os recÃ­procos. As trocas sÃ£o guerras pacificamente resolvidas, as guerras sÃ£o o desfecho de transaÃ§Ãµes infelizes. Este traÃ§o manifesta-se com plena evidÃªncia pelo fato da passagem da guerra Ã paz, ou pelo menos da cordialidade Ã cordialidade, realizar-se por intermÃ©dio de gestos rituais, verdadeira « inspeÃ§Ã£o de reconciliaÃ§Ã£o ». Os adversÃ¡rios apalpam-se reciprocamente, e com gestos que guardam ainda alguma coisa do combate, examinam os colares, os brincos, as pulseiras, os ornamentos de penas uns dos outros, com murmÃºrio de admiraÃ§Ã£o. E a luta passa-se com efeito imediatamente aos presentes, presentes recebidos, presentes dados, mas silenciosamente, sem regate, sem expressÃ£o de satisfaÃ§Ã£o e sem reclamaÃ§Ã£o, e sem ligaÃ§Ã£o aparente entre o que Ã© oferecido e o que Ã© obtido. Trata-se, portanto, realmente de dons recÃ­procos e nÃ£o de operaÃ§Ãµes comerciais. Mas pode ser atingido um estÃ¡gio suplementar : dois bandos que chegaram assim a estabelecer relaÃ§Ãµes cordiais durÃ¡veis podem decidir, de maneira deliberada, fundirem-se, instaurando entre os membros masculinos dos dois bandos respectivos uma relaÃ§Ã£o artificial de parentesco a de cunhados. Ou, levando-se em conta o sistema matrimonial dos Nhambikwara, essa inovaÃ§Ã£o tem por conseqÃ¼Ãªncia imediata que todas as crianÃ§as de um grupo tornam-se cÃ´njuges potenciais das crianÃ§as do outro grupo e reciprocamente. Existe uma transiÃ§Ã£o continua da guerra Ãs trocas e das trocas aos intercasamentos. E a troca das noivas Ã apenas o termo de um processo ininterrupto de dons recÃ­procos, que realiza a passagem da hostilidade Ã alianÃ§a, da angustia Ã confianÃ§a, do medo Ã amizade. (LÃ©vi-Strauss, 1949, p. 107, grifo nosso).*

Dois frases da citaÃ§Ã£o acima elucidam com mais precisÃ£o nossa questÃ£o, respondendo Ãs idiossincrasias de nosso contexto, destacadas a seguir, nos itens 1 e 2.

1<sup>a</sup>. ?As trocas sÃ£o guerras pacificamente resolvidas, as guerras sÃ£o o desfecho de transaÃ§Ãµes infelizes?.

2<sup>a</sup>. ?Trata-se, portanto, realmente de dons recÃ­procos e nÃ£o de operaÃ§Ãµes comerciais?.

SÃ£o afirmativas que nos permitem situar melhor o que a morte entre os jovens em guerra pode nos ensinar, a fim de que possamos operar com elas no campo das polÃ­ticas pÃºblicas. Comecemos pela segunda. Se nÃ£o se trata de relaÃ§Ãµes comerciais, estamos fora ou ao lado do circuito capitalista, no que tange Ã materializaÃ§Ã£o das relaÃ§Ãµes atravÃ©s do circuito do consumo. Os objetos aqui ganham valor de dom, de troca. NÃ£o operam como *gadgets* produzindo a partir de si mesmos seus efeitos. Eles precisam ganhar valor simbÃ³lico na relaÃ§Ã£o de reciprocidade para funcionarem na estrutura. Em outros termos, estÃ£o referidos a um sistema no qual um valor inaugural, ponto zero de significaÃ§Ã£o (LÃ©vi-Strauss, 1949 ; Lacan, 1957), criou a condiÃ§Ã£o de possibilidade de seu agenciamento em um circuito de trocas. E esse agenciamento acontece a partir do ponto em que um sujeito aceita o dom ? sabendo-se que ele, por princÃ­pio, nÃ£o pode rejeitÃ¡-lo, pois isso seria um insulto. Quem convida Ã troca Ã aquele que pode finalizÃ¡-la.

Entre nossos jovens, hÃ¡ sempre um inÃ­cio quase mÃ­tico para a guerrinha, que se inaugura com uma morte ou uma ameaÃ§a de morte ou um elemento que tenha o valor de uma imposiÃ§Ã£o de forÃ§a, de poder. Desse convite ao circuito de trocas, nÃ£o se pode recuar.

*Blu : Eu mesmo comecei porque minha irmã namorava um bandido. A  eu vi muita história de mulher que os cara pegava elas   força, colocava no cativ rio.   muita pilantragem. Eu ia vendo isso aqui, ficava doido. A  eu comecei a juntar dinheiro e comprar muito revolver, não foi? Eu tinha um cado de arma no meu barraco, droga... A  os cara foi e já começou a ficar cabrero. Já achou que eu ia matar eles, e eu queria mesmo. Eu peguei l , eles pegou e começou a ficar atrás de mim, me caçando e eu caçando eles, meu filho. Ia atrás mesmo, armado, chuva, sol, qualquer coisa. Melhor ele morrer do que eu, c    doido ?*

*A : Mas os dois corre o risco.*

*Blu : Mas a  o que for mais esperto morre depois.*

*G : pq   nois que controla l  u . Op o dos arrasados, não   não ? Por causa que aquele lugar l , os inimigo pira e acha q a gente vai ficar olhando pra eles e rindo ? Nós pula neles mesmo, na alta. Até matar eles l , filho da puta.*

*M : se encontra morre mesmo. Pra você ter idéia, não precisa ta em guerra não. eu cheguei aqui, parei aqui perto dele, conversei e eles vem já tem também. Não precisa ter guerra com ninguém não, são deu ta conversando com ele, ta perto dele já to envolvido com o tráfico também.*

*A: mas vc não vacilou? Assim quando deu o primeiro tiro ? Isso não te assustou ?*

*G : Não assusta não, normal. Do mesmo jeito que você atira voc  leva um tiro, normal.*

*A : Normal ? Mas se você acerta ?*

*G :   um de l , um de c  e um tiro*

*M :   normal pra nós essa vida assim.*

*M : Quem ta entrando nessa vida a , quem ta entrando nela já sabe já uai. O caminho que ta caçando já*

*A:   muito pesado*

*M : não   não,   normal pra nós viver assim. Nós já acostumou já.*

*(Conversa o com jovens, 2011).*

Seria um atestado de covardia recuar, quase uma desonra ? aos moldes da afirma o masculina no interior do país, que remete aos duelos antigos. S  se resolve uma morte com outra morte, preferencialmente mais violenta, com armas mais potentes e mais tiros. Os jovens descrevem as mortes dentro desse circuito de equivalências. Assim, um patrão que morre pelas mãos de um bêbado, a quem ele deixara viver em outra ocasião, e com um revólver de calibre pequeno, torna-se fato entre o grupo sobrevivente que exige, em contrapartida, uma morte muito mais violenta. Não se trata de reduzirmos essa experiência a um circuito de consumo ou de afirma es de masculinidade apenas ? mesmo que esses elementos possam estar a  presentes qualificando os elementos que compõem sua estrutura de funcionamento ? pois eles respondem a uma outra lógica social, a da elimina o, que culmina no extermínio desses jovens.

A segunda assertiva evidencia o ponto de inscri o das guerras : « As trocas são guerras pacificamente resolvidas, as guerras são o desfecho de transa es infelizes ». Segundo Lévi-Strauss (1949, p. 107), há uma linha de continuidade entre as rela es hostis e a presta o de serviços recíprocos. As rela es hostis que engendram as guerras são resolvidas por rituais e casamentos nos quais a lei da reciprocidade trata a guerra, resolvendo-a ao substituir a hostilidade pelas regras dos bens recíprocos. Nesse sentido, as trocas, simbolicamente, e inclusive em seus movimentos são guerras pacificamente resolvidas.

Para Lévi-Strauss (1949), a guerra só se instala no ponto em que acontece um fracasso na rela o de reciprocidade ou uma transa o infeliz. Ali onde a medida não produziu o efeito de equivalência esperado, onde houve uma ruptura da regra de reciprocidade, onde os bens r cprocos foram postos fora do circuito simbólico das trocas, rejeitada sua lógica, ou seja, onde o circuito de trocas não se sustenta mais, perde-se a possibilidade da manuten o de um diálogo pelo dom. Não estaria a  a aproxima o possível na análise da guerra entre os jovens do tráfico ? A guerra que acontece entre eles nos indica exatamente, em sua origem, o desfecho de transa es infelizes, de situa es em que o jogo de forças, o desentendimento, a impossibilidade de reciprocidade culminara na resposta pela hostilidade. No lugar da troca que seria instalada pelo dom, uma rela o de poder hierarquiza os laços, fortalece a rivalidade e cria a guerra como resposta pelo exercício da afirma o através da violência.

*A  achou que os inimigos dele tava fechando com nós, entendeu ? S  que não tinha nada a ver. O cara veio consumir. Aqui vende. A  o cara veio, comprou, consumiu aqui e foi embora. S  que, para alguns inimigos desses cara que tava vindo aqui, dando lucro aqui, tava intrujando : « não, eles tão intrujando, tão fazendo parceria pra derrubar nós ». No caso, eles a  s  mandou o recado: « se continuar colando a , vai fechar a guerra ». A  [nós] falou que « ninguém quer fechar amizade com ninguém não, ninguém aqui vai terminar amizade com o cara aqui porque vocês querem não, moço ». Se   pra ter guerra, vem guerra. Há quanto tempo já ? Quantos já morreu nessa ? (Conversa o com jovens, 2011).*

Na impossibilidade de operar pacificamente, a guerra se perpetua e as mortes sucedem-se no cotidiano do tráfico, substituem-se as trocas de bens pela reciprocidade de Lévi-Strauss pela troca de mortes. Assim, como consequência lógica, poder amos hipotetizar que seria necessária uma troca simbólica no lugar da violência da guerra, fosse ela realizada através dos Dons, ou através dos aparatos da lei e da justiça, que, de certa forma, metaforizam o lugar da media o que garante certa reciprocidade em nossa sociedade.

*A lei verdadeira iria proteger mesmo, se você falasse assim : aqui, fui abusado sexualmente pelo meu padrasto. Eles iam lá e prendiam o cara. Agora vou te fazer uma pergunta : você acha que o morador que se sente oprimido procura a polícia ? Procura não (Conversa o com jovens, 2011).*

O que resta   o caminho da Lei de Talião - olho por olho dente por dente, sem media o, operando pela reciprocidade direta e imaginária.

## A Guerra e a Morte

Uma análise apressada poderia sugerir que os meninos estão buscando a morte, colocando propositalmente seus corpos para serem assassinados por seus rivais com o intuito inconsciente de entrarem na dinâmica da reciprocidade expressa acima, seja por culpa, seja por outras motiva es inconscientes, econ micas, políticas, e mesmo de outra ordem. Essa hipótese   tanto apressada quanto equivocada. Os jovens novamente nos ensinam : « Mas se você vai tentar pagar o mal com o bem, vem um l  e te mata. Proc n o morrer, c  mata o cara, o melhorzinho que t  tendo ». Entendemos que a morte desempenha uma fun o estrutural no sistema de vida desses meninos, chancelada socialmente. Ela comporta uma positividade, não no sentido de atribui o de um valor moralmente positivo, mas no sentido de afirmar uma presença na cena da cidade, como veremos a seguir. Mas, para a entrada na guerra   necessário entrar na disputa entre territórios, na rivalidade que tem como ameaça última a morte, ou seja, no circuito em que as mortes se instalam como valor de troca e revelam um fracasso, o desfecho de transa es infelizes.

*S  sai perdendo a vida, eles legislam. Nesse plano da vida nua, revela-se uma rela o política nascendi, por meio da morte que ganha, então, uma positividade. Enquanto ato entre a vida nua e a vida política, a morte entre os jovens põe em questão seu caráter transgressor justamente por dizer respeito a uma tentativa de inscri o na vida política que, entretanto, falha (Guerra, 2011, pp. 248-249).*

Essa guerra, da qual os meninos tratam, foi denominada na pesquisa citada, como a guerrinha, tal qual explicamos acima, que « cria um circuito de trocas, satisfa o, risco e segurança, imagens e semblantes que coletivizam, em torno de um pacto apoiado em regras comuns, rígidas e não dialetiz veis, um sistema de vida » (Guerra, 2011, p. 246).

Mas o que depreendemos de mais surpreendente a partir dessa pesquisa foi uma ordem para além dessa, um sistema que coloca esses meninos em um lugar, se não igual, bastante similar ao do *Homo Sacer* <sup>(5)</sup> (Agamben, 2002), enquanto sujeitos de uma morte insancion vel. No Estado moderno as formas de poder



coexistem, « exercício do poder jurídico repousa sobre bases biopolíticas <sup>(6)</sup> porém como forma o paradoxal em que no próprio direito já se tem instalados princípios da ativa o radical da biopolítica pela via do estado de exce o e da soberania » (Endo, 2011, p. 494). Ou seja, a mudança moderna n  repousa no nível do exercício do poder somente, em realidade as formula es jurídicas representam um acirramento do biopoder garantido pela soberania. Para Agamben (2002)   preciso manter o paradoxo, a vida nua   onde só o direito pode alcançar o vivente, lugar onde a vida foi excluída por sua inclusão, a vida torna-se mat vel pela ordem do poder soberano, juridicamente construído. Assim, o poder jurídico torna o vivente excluído, aniquilado e mat vel. A questão central passa a ser a forma o jurídica que prevê e garante o lugar de dejecto na sua estrutura e as estratégias pelas quais o Estado jurídico se vale para enviar vidas a essa posi o.

Uma forma de vida do direito romano arcaico com esse estatuto político de exce o   a figura do *Homo Sacer* o qual citamos anteriormente. Ela prefigura um homem sagrado que, entretanto, se for assassinado seu homicida n    condenado. Assim, a própria política cria um espaço excepcional que exclui da prote o político-jurídica aquelas vidas que n  se submetem   sua ordem, permitindo que seu assassinato seja, de alguma forma, aceito, como se justificável pelo lugar de criminosos. Agamben (2002) relaciona várias vidas que ocupam esse lugar, cujo protótipo   o judeu no campo de concentra o, figura da qual   retirada a cidadania (Arendt, 1951) e, por não ter uma pátria que garanta seus direitos, sobre quem todo e qualquer ato passa a ser permitido. O que leva um sujeito ao lugar de *Homo Sacer*   o poder soberano jurídico a depender de como a lei nos posiciona.

Percebemos, então, que a morte faz parte do dispositivo regulatório no qual os jovens estão inseridos, como troca através da reciprocidade (expressa pela necessidade da vingança) e pela dinâmica da rela o Guerra (extermínio) / guerrinha (cotidiano do tráfico), que não foi tratada nesse artigo <sup>(7)</sup>. Verificamos, nessa outra análise da mesma investiga o, que o desaparecimento de referenciais simbólicos universais de regula o da vida coletiva na contemporaneidade, impetra um modelo de extermínio da popula o supérflua ao sistema econ mico, que encarna o Mal societário. A esse desaparecimento no plano político corresponde uma ausência da fun o de regula o do desejo no nível subjetivo, tendo como correlato um sistema rivalit rio e de equivalências ? que aqui desenvolvemos ?, que instala um cotidiano marcado pelo que cunhamos *guerrinha* na dinâmica do tráfico.

Assim, ao entrarem no que eles próprios chamam de guerras ? a troca de tiros e assassinatos entre territórios, orientada pelo curto-circuito significante revolta-vingança-morte ?, apesar de não estarem buscando a morte, os jovens assumem o destino de uma morte prematura e provocada. Ainda que imaginariamente acreditem serem mais espertos que o inimigo, contam, como vimos logo acima, com o risco iminente da morte.

*O questionamento que persiste   : o que esses jovens buscam, ao entrarem nessa « Guerra », pela qual eles aceitam colocar a vida em um risco quase certo de morte ? O que   isso que une esse grupo de jovens e   digno do sacrifício da não circula o, do perigo constante, da ilegalidade e da morte ? Um jovem diz : « Quem t  entrando nessa vida a , quem t  entrando nela, já sabe já, uai. O caminho que t  caçando já ». (Conversa o com jovens, 2011).*

A busca desses jovens, por nós aproximados do lugar jurídico do *Homo Sacer*, seria a busca por sair dessa posi o paradoxal de exclusão incluída na política, exce o com o qual tudo   permitido ? Seria uma tentativa desajeitada de resposta   indiferença política com que são inscritos na vida pública ? salvo quando se tornam jovens infratores e positivam a experiência jurídica de estar na vida coletiva pelo avesso da lei ? A maioria deles circula pouco fora dos territórios em que residem em seus aglomerados. Por vezes ocupam uma rua, uma praça, alguns becos. Mesmo quando possuem acesso fácil e direto   cidade, sentem-se dela como que estrangeiros, com direitos reduzidos no exterior.

*C : Aqui a vida   louca, pra fora   mais. C  acha que  s vezes fala as coisas e que a pessoa vai te entender, ela não vai entender não.*

*B : Aqui na quebrada, depois que você passou do centro pra lá, a gente já não   mais ninguém. Nós tem que ser o que nós somos aqui.*

*C : Tem quer ser você mesmo pra onde que você vai.*

*A : E a  ?*

*B : E a  ?*

*C : Humildade, n  ?*

*F : S  humildade. Chegar lá fora e fingir de bobo. Uma vez fui para o exterior e quando eu vou tomar uma cerveja na praça, eu não falo que sou do morro, não. Eu falo que sou de um lugar pobre, outra conversa nada a ver. O que eu sofri, eu não posso mostrar do lado de fora, porque lá a chapa pode ser mais quente do que aqui. (Conversa o com jovens, 2011).*

Como não destacar a  uma vida política marcada pela exce o, pela inacessibilidade, pela dimensão do estrangeiro, que não divide os mesmos direitos que o cidadão comum ?

Através da entrada na Guerra, os jovens passam a circular no pequeno território sob comando de seu grupo com certo reconhecimento ? uma espécie ilusória de participa o na *pólis*. Com o uso da arma e da violência, eles ganham o status de pequenos líderes locais, ordenando sua convivência na região, mesmo que sob o domínio da ameaça e do medo. Seu discurso   revelador :

*C : Onde poderia ter quadra pra vocÃªs aqui ?*

*M : Tem um espaÃ§o que eles demoliram ali agora. Ali dÃ¡ pra fazer uma quadra.*

*A : Por que vocÃªs nÃ£o correm atrÃ¡s disso ?*

*M: Porque nÃ³s nÃ£o tem o contato.*

*A: Como nÃ£o tem o contato, se vocÃªs moram aqui?*

*M : A gente podia fazer um rap aÃ­...*

*A : Mas por que nÃ£o fazem essas coisas ? Porque morre na ideia ?*

*M : NÃ£o tem gente pra levar os negÃ³cios pra frente.*

*G : Se tivesse uma quadra aqui pra nÃ³s, era bom demais !*

*A : Se tivesse quadra aqui, qual a diferenÃ§a que ia fazer ?*

*K : A gente jogÃ¡ bola todo dia aqui na rua.*

*G : Faz a diferenÃ§a. Sabe o que nÃ³s pode fazer ? ComeÃ§ar a matar pra reivindicar uma quadra aqui. Entrar nessas quadras aÃ­ e matar uns dois, trÃªs de cada quadra da favela aÃ­, ô ! Ã ou nÃ£o Ã© ? De forma deles fazer uma pra nÃ³s aqui tambÃ©m, uê ! Se eles nÃ£o fazem de boa, tem que comeÃ§ar a matar nessas quadras aÃ­ pra eles fazerem alguma coisa aqui pra gente, pra eles fazer uma quadra pra nÃ³s. Enquanto eles nÃ£o fazer uma aqui na Rua X, nÃ³s nÃ£o vamos parar de matar nÃ£o.*

*G : Agora o lÃ­der comunitÃ¡rio da favela aqui Ã© nÃ³s. O prÃ³prio lÃ­der comunitÃ¡rio precisa de nÃ³s. Precisa pedir nÃ³s, tÃ¡ ligado ? [...]*

*A : E por quÃª ?*

*G : Por que Ã© nois que controla lÃ¡, uê. OpÃ§Ã£o dos arrasados, nÃ£o Ã© nÃ£o ?*

*(ConversÃ§Ã£o com jovens, 2011.)*

## ConclusÃ£o

Assim, podemos hipotetizar que os meninos buscam sair deste lugar por meio de uma inscriÃ§Ã£o polÃ­tica, uma inscriÃ§Ã£o na *pólis*, afinal nÃ£o sÃ£o *idiotas* ? termo depreciativo para designar aqueles que se apartavam da vida pÃºblica na GrÃ©cia Antiga. O ato de inscriÃ§Ã£o polÃ­tica ? ato simbÃ³lico originÃ¡rio, exclusÃ£o que cria um dentro, que inclui, ato que nÃ£o conta por inaugurar a sÃ©rie, mito que organiza ? faria o corte acontecer, retiraria o *Homo Sacer*, ou os jovens, do limbo, e os inscreveria na vida pÃºblica, na esfera da cidade (Guerra, 2011, p. 249). No entanto, essa outra forma de presenÃ§a e participaÃ§Ã£o polÃ­tica por meio da inserÃ§Ã£o no trÃ¡fico tambÃ©m parece falhar. A dinÃ¢mica de reciprocidade de mortes, atestada pelos altos Ã­ndices de homicÃ­dio entre jovens revela o fracasso dessa modalizaÃ§Ã£o de inscriÃ§Ã£o polÃ­tica. Em 2007, as vÃ­timas na faixa de 15 a 24 anos de idade chegaram a representar 36,6% do total de homicÃ­dios no paÃ­s (Waiselfisz, 2010, p. 63). Esse quadro nÃ£o mudou, hoje temos que, em todas as regiÃµes brasileiras, os homicÃ­dios juvenis mais que duplicam as taxas de homicÃ­dio do resto da populaÃ§Ã£o (Waiselfisz, 2012,

p. 71).

Uma lei como a do tráfico, que se mostra como sem furos, é uma lei na qual nada pode falhar, na qual a consequência direta das transgressões se dá no campo da violência e da morte, sob a tirania superegóica. Ainda que seja através dessa lei que os meninos estabeleçam certas regulações entre si, como vimos através da noção de reciprocidade de Lévi-Strauss (1949), essa lei do tráfico nos parece uma lei manifestamente articulada ao registro do imaginário, não, entretanto, sem produzir efeitos simbólicos que tocam o real. Esses efeitos se recolhem na vida política e jurídica, traduzidos nas regulamentações legais que recaem sobre a juventude, já que, como também lembra Agamben (2002, p. 10), « política humana é distinguida daquela dos outros viventes porque fundada através de um suplemento de politização ligado à linguagem ». Assim, ali onde a lei da linguagem parece vacilar por não recobrir todo o real é onde o sujeito se mostra também vacilante na relação com os significantes que o identificam a partir dela. Esse seria um momento propício para a produção de saídas outras, diferentes daquelas que se dão pelo crime, e que poderiam ser inventadas por esses jovens. No plano político, estaríamos diante da necessidade de fazer vacilar a discursividade que legitima cultural e juridicamente o extermínio da população jovem no Brasil, através da urgência de mudanças legislativas no sistema que acolhe o menor de idade.

A partir do material recolhido nas conversações, verificamos que essas saídas se mostram sempre muito ligadas às inscrições singulares através das quais cada jovem se filia a esse dispositivo oferecido pelo tráfico. Os três planos aqui relacionados, imaginário, simbólico e real, articulam-se na produção dessa filiação. O imaginário seria o plano das miragens e das imagens que recobrem os corpos e ensaiam regular a vida. O simbólico seria o plano das leis da linguagem que sistematizam o mundo. E o real seria o plano que escapa à simbolização, seria « silêncio do texto, sua violência intrínseca e originária, sua exclusão interna. Ela é o impossível de se escrever » (Guerra, 2011, p. 244).

Relacionam-se ao modo particular de cada sujeito se fazer representar e se haver com a dimensão de falta inerente a toda forma de identificação e representação. Nossa aposta, a partir desse trabalho, é a de que essas novas soluções estariam sempre intimamente relacionadas com aquilo que funciona como ponto de escape a essas inscrições, sempre não todas representadas simbolicamente e, por isso mesmo, sempre possíveis de serem subvertidas a operar como causa de desejo para cada um. Momento propício para, no plano das políticas públicas, seus atores poderem recolher os efeitos subjetivos e políticos advindos da vacilação subjetiva desses jovens face à inscrição de seus roteiros de vida nesse sistema. Em termos objetivos, fazer vacilar as crenças dos jovens nesse sistema de vida pode produzir hiatos de incerteza nos quais novas soluções, diferentes da morte ou do crime, poderiam nascer. Por outro lado, abrir intervalos e suscitar fraturas no discurso que naturaliza a violência e a criminalidade, associando-as à pobreza e à juventude ? como se o sistema de vida que identificamos fosse intrínseco e inevitável à população jovem ?, descortinaria o sistema político-discursivo no qual se ancora, no nível macro, a mortalidade juvenil. Assim, no plano da prevenção a essa mortalidade, indicamos ações em oficinas, atendimentos, grupos, que possam produzir a suspensão das certezas quanto às escolhas de vida dos jovens, associadas à oferta de novos equipamentos, atividades e formação política aos profissionais que os acompanham, de forma que os efeitos subjetivos e políticos de vacilação possam se encontrar com novas possibilidades de vida e de interpretação desse sistema.

---

## Bibliographie :

AGAMBEN, Giorgio, Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah, Origens do Totalitarismo, São Paulo: Companhia das Letras, 1949.

ENDO, Paulo, « A ressurgência da tirania como elemento originário da política », in LEITE, Nina, MILLÁN-RAMOS Guilherme, (Ed). *entreAto: o poético e o analítico*, Campinas- SP: Mercado das Letras, 2011.

FOUCAULT, Michel, *História da sexualidade* : vol. 3, O cuidado de si, Rio de Janeiro : Graal, 2002.

FREUD, Sigmund, « A Divisão do Ego no Processo de Defesa », in FREUD, Sigmund, Edição Standard

Brasileira das Obras PsicolÃ³gicas Completas de Sigmund Freud volume 23. Rio de Janeiro : Imago, 1996.

FREUD, Sigmund, « Dois Verbetes de EnciclopÃ©dia », FREUD, Sigmund, EdiÃ§Ã£o Standard Brasileira das Obras PsicolÃ³gicas Completas de Sigmund Freud volume 17. Rio de Janeiro : Imago, 1996.

GUERRA, AndrÃ©a MÃ¡ris Campos, « CrÃ­tica de uma morte enunciada », in GARCIA, CÃ©lio, Interfaces (1ª ed), Belo Horizonte : Ophicina de arte & prosa, 2011.

GUERRA, AndrÃ©a MÃ¡ris Campos, « PsicanÃ¡lise e produÃ§Ã£o cientÃ­fica », in MOREIRA Jaqueline, KYRILLOS NETO Fuad, Pesquisa em PsicanÃ¡lise : transmissÃ£o na Universidade, Barbacena : EdUEMG, 2009, pp. 130-145.

LÃ©VI-STRAUSS, Claude, As Estruturas Elementares do Parentesco, PetrÃ³polis : Vozes, 1949.

LÃ©VI-STRAUSS, Claude, « IntroduÃ§Ã£o a obra de Marcel Mauss », in MAUSS Marcel, Sociologia e Antropologia. SÃ£o Paulo : EPU, 1950, pp. 1-36.

MELO NETO, JoÃ£o Cabral de, Morte e Vida Severina e outros poemas, Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2002.

ROSA, Miriam Debieux, « Uma escuta psicanalÃ­tica das vidas secas », in Revista Textura, ano 2, n. 2, SÃ£o Paulo : Ulbra, 2002, p. 42-47.

WASELFISZ, Julio Jacobo, Mapa da violÃªncia no Brasil : 2010. Anatomia dos HomicÃ­dios no Brasil, SÃ£o Paulo : Instituto Sangari, 2010. DisponÃ­vel em : <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2010/pdf>

WASELFISZ, Julio Jacobo, Mapa da violÃªncia no Brasil : 2012. Os Novos PadrÃµes da ViolÃªncia Homicida no Brasil, SÃ£o Paulo : Instituto Sangari, 2012. DisponÃ­vel em : [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf)

## Notes :

1. Severino Ã© uma expressÃ£o brasileira que denota a populaÃ§Ã£o da regiÃ£o nordeste do paÃ­s, marcada geograficamente pela seca e economicamente pela pobreza e pela fome.

2. O trabalho intitula-se ?O Impasse como Possibilidade : reenlace do jovem envolvido com a criminalidade? e Ã© parte da pesquisa orientada pela Professora AndrÃ©a MÃ¡ris Campos Guerra, ?A IncidÃªncia do Pai na Subjetividade de Jovens Envolvidos com a Criminalidade? financiada pela FAPEMIG e pela PROPPG/UFMG e vinculada Ã  Universidade Federal de Minas Gerais.

3. O Programa Fica Vivo tem por objetivo controlar e prevenir a ocorrÃªncia de homicÃ­dios dolosos em Ã¡reas com altos Ã­ndices de criminalidade violenta em Minas Gerais, melhorando a qualidade de vida da populaÃ§Ã£o. Criado em 2003, Ã© executado pela Coordenadoria Especial de PrevenÃ§Ã£o Ã  Criminalidade (Cpec) da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) por meio dos Centros de PrevenÃ§Ã£o Ã  Criminalidade (CPCs), sedes de referÃªncia para as comunidades atendidas. Acessado em 23/07/2014 em <[https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=283&Itemid=117](https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=283&Itemid=117)>.

4. Nome indÃ­gena para « dom ».

5. O *HomoSacer* Ã© uma figura de transiÃ§Ã£o do Antigo Direito Romano. Ele assinala a passagem da horda soberana, desregulada, para a ordem jurÃ­dica, que virÃ¡ a substituir a ordem sacra. Enquanto tal, ele nÃ£o estÃ¡ nem sob domÃ­nio de uma, nem sob a esfera da outra. Sua presenÃ§a assinala o momento mÃ­tico de

nascimento de uma nova ordem de regulação. Sua morte não configura nem uma profanação, nem homicídio, sendo, portanto, insancionável (AGAMBEN, 2002).

6. A noção de biopolítica foi introduzida por Foucault (2002, p. 128-131) enquanto poder destinado a regular a vida, assentado em dois pólos : as disciplinas do corpo e as regulações da população.

7. A partir daqui, utilizaremos o termo « guerrinha » para tratar do cotidiano do tráfico em contraposição à « Guerra », com maiúscula, para nos referirmos à vida nua ou ao sistema que mantém o extermínio desses jovens. Giorgio Agamben (2002), que também aborda a política com esse enfoque, retoma as noções aristotélicas e afirma que a dupla categoria fundamental da política ocidental seria a « vida nua » versus a « vida política »; ou *zôe* versus *bíos*. *Zôe* seria a vida comum a todos os humanos, ou seja, a mera existência, e *bíos*, um modo de viver dentro de determinado grupo. Sobre essa relação, consultar : GUERRA, Andréa Máris Campos, « Crítica De Uma Morte Anunciada », in GARCIA Célio, *Interfaces*. Belo Horizonte, Oficina de Arte e Prosa, 2011, p. 239-251.

---

**Pour citer ce document:**

Aline SOUZA MARTINS Andréa Máris Campos GUERRA Luiz Gustavo Gonçalves CANUTO , « A guerra do tráfico como sistema de vida para adolescentes autores de ato infracional » , *Cultures-Kairós* [En ligne], Les numéros, Anthropologie et psychanalyse : débats et pratiques, Mis à jour le 08/09/2015 URL: <http://revues.mshparisnord.org/cultureskairos/index.php?id=1092>  
Cet article est mis à disposition sous [contrat Creative Commons](#)